

Processo ambientalizador, turismo e desdobramentos sociais em área natural protegida

Environmentalization, tourism, and social developments in a protected natural area

Enviado em: 11-10- 2023

Aceito em: 20-12-2023

Tamires Chagas Matschuck¹

Maria Amália Silva Alves de Oliveira²

Resumo

A década de 1970 é marcada pelo início da repercussão do debate ambiental e da transformação deste discurso enquanto uma questão pública. Tal repercussão, compreendida aqui como processo ambientalizador, interioriza e naturaliza o debate ambiental como fator imprescindível para o desenvolvimento das atividades humanas, sendo assim incorporado internacional e nacionalmente em diversos contextos e por diferentes grupos sociais. A incorporação da questão ambiental transforma relações e cotidianos de grupos sociais orientando novas condutas moldadas a partir de um discurso ambientalista com facetas hegemônica e utilitarista. Também atingido pelo processo ambientalizador, o turismo pode ser acionado como ferramenta de conservação ambiental adequada à tais condutas, especialmente o Ecoturismo em áreas naturais protegidas, sendo frequentemente destacado em políticas públicas ambientais como atividade compatível com a conservação da natureza. O artigo propõe discutir as implicações sociais que surgem como consequência do processo ambientalizador, e do turismo associado a ele, em uma área natural protegida.

Palavras-chave: Ambientalização; Área Natural Protegida; Turismo

Abstract

The 1970s are marked by the beginning of the repercussion of the environmental debate and the transformation of this discourse as a public issue. This repercussion, understood here as environmentalization, internalizes and naturalizes the environmental debate as an essential factor for the development of human activities, thus being incorporated internationally and nationally in different contexts and by

1 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de São Paulo (USP). Mestra em Ecoturismo e Conservação pelo programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação da Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro (Unirio). Agência de Financiamento: Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), CNPq e CAPES. E-mail: tamiresmatschuck@usp.br

2 Docente vinculada ao departamento de Turismo e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Agência de Financiamento: Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), CNPq e CAPES. E-mail: maria.oliveira@unirio.br

different social groups. The incorporation of the environmental issue transforms relationships and daily life of social groups, guiding new behaviors shaped from an environmentalist discourse with hegemonic and utilitarian facets. Also affected by the environmentalization, tourism can be used as an environmental conservation tool suitable for such conduct, especially Ecotourism in protected natural areas, being frequently highlighted in public environmental policies as an activity compatible with nature conservation. The article proposes to discuss the social implications that arise as a consequence of the environmentalization, and the tourism associated with it, in a protected natural area.

Keywords: Environmentalization; Protected Natural Area; Tourism

1. Introdução

A década de 1970 é atravessada pela intensificação do debate ambiental a partir de questionamentos quanto à relação do homem com o planeta (FREITAS; NÉLSIS; NUNES, 2012, p. 43). Este debate ambiental, compreendido como um processo ambientalizador interiorizado e naturalizado em escala mundial por diferentes contextos e atores sociais enquanto uma questão pública (LOPES, 2004 e 2006), reverbera nas diversas atividades humanas (CORRÊA, 2006), estabelecendo novos padrões de conduta, atuando assim como uma espécie de “lente” que permite que tais atividades sejam reenquadradas e reexaminadas a partir de uma perspectiva ambiental (RIBEIRO, 2020).

Apesar das novas condutas ambientais promoverem transformações no comportamento, no cotidiano e nas relações humanas, podendo atuar como fontes de coação, controle social e legitimação de poder (ELIAS, 2000), a ambientalização pode assumir, a partir de uma perspectiva crítica, aspectos hegemônicos e utilitaristas, sendo então compreendida como um processo que, desconsiderando os elementos socioculturais (ACSELRAD, 2010), se ocupa com a preservação de recursos para a manutenção do atual sistema econômico (GERHARDT; ARAÚJO, 2019; LIMONAD, 2013; TEISSERENC, 2010).

Neste contexto, o turismo, assim como diversas outras atividades, é atravessado pelo discurso ambiental, podendo o mencionado atravessamento ser notado por meio do alinhamento do discurso e da associação de agências e programas voltados para as temáticas do turismo e do meio ambiente

(MATSCHUCK e OLIVEIRA, 2021). Nesse sentido, a participação de agências reguladoras do turismo em eventos internacionais com temática ambiental, e a absorção da temática em eventos do turismo, são observadas como marcos da convergência de narrativas (KÖRÖSSY, 2008). No contexto local, no âmbito do Brasil, a combinação do turismo com as questões ambientais também fica evidente nos aparatos legais que versam sobre áreas naturais protegidas, em especial no que se refere às políticas públicas voltadas para unidades de conservação (MATSCHUCK e OLIVEIRA, 2021).

Considerando o exposto até aqui, o artigo propõe discutir as implicações sociais que surgem como consequência do processo ambientalizador, e do turismo associado a ele, em uma unidade de conservação. Tais implicações correspondem à parte dos resultados de pesquisa de mestrado que teve como objetivo compreender a constituição identitária de uma dada localidade a partir dos desdobramentos sociais imbricados no processo de ambientalização.

Para alcançar o objetivo proposto no âmbito da pesquisa de mestrado, foi realizada pesquisa qualitativa que compreendeu uma revisão bibliográfica, bem como uma investigação de cunho etnográfico que teve como campo, para além das investidas na Área de Proteção Ambiental do Sana, localizada no município de Macaé – RJ, documentos que permitiram acessar informações socialmente relevantes para a interpretação das relações postas, como atas de reuniões, reportagens, jornais locais, documentos de gestão da APA e outras pesquisas etnográficas realizadas na região.

Diante do exposto, o artigo pretende contribuir para reflexões no âmbito da elaboração de políticas públicas voltadas para o turismo, em especial as que se voltam para o turismo em áreas naturais protegidas - estando assim sob a influência das regras e condutas ambientais -, para que aspectos sociais ganhem protagonismo, haja vista a faceta hegemônica e utilitarista do discurso ambientalizador que pode sobrepor e ignorar as questões sociais.

2. Contextualizando o processo ambientalizador e a ambientalização do turismo

Como dito anteriormente, os anos de 1970 são marcados pela ampliação do discurso ambiental que surge a partir do questionamento quanto à relação do homem com o planeta (FREITAS; NÉLSIS; NUNES, 2012). Referindo-se a tal período, Lopes (2004), no que se refere à ambientalização, contextualiza a questão da preservação ambiental como uma tendência histórica no Brasil e no mundo a partir das repercussões do debate ambiental que desponta no cenário mundial por meio das proposições postas no âmbito da primeira conferência da ONU sobre o meio ambiente no ano de 1972, em Estocolmo, na Suécia, e que desde então vem se consolidando como uma questão pública tanto no Brasil quanto internacionalmente.

Segundo o autor, o fenômeno se refere ao processo de interiorização da questão pública relacionada ao meio ambiente, estando implicadas a essa trajetória de naturalização dessa nova questão social, transformações no Estado e nas relações cotidianas dos atores sociais (LOPES, 2006). Assim, o discurso que abrange questões como poluição e meio ambiente, assumindo um caráter crescente a partir dos anos 70, se torna constante em diversas áreas de atuação humana, como nos meios de comunicação, na educação, na política e no âmbito empresarial (CORRÊA, 2006). Como apontado por Ribeiro, trata-se do “reexame e reenquadramento do mundo pela lente específica do ambientalismo” (2020, p. 3).

Os novos padrões de conduta que estabelecem uma espécie de etiqueta ambiental passam a funcionar como modelo para as normas comportamentais do cotidiano, sendo estabelecidos assim padrões de conduta ambientalmente corretos, bem como as condutas desviantes (CORRÊA, 2006). Tais condutas ambientais são relacionadas (LOPES, 2004; CORRÊA, 2006) aos manuais de etiqueta abordados por Norbert Elias (2011) onde, em obra sobre o processo civilizador, aponta que os novos códigos de comportamento transformam o comportamento humano em sua estrutura, estabelecendo novos modelos de relações humanas, tornando imperativo o controle social no bojo dessas relações, aumentando a compulsão por regular o comportamento a partir de tais normas.

No entanto, apesar de propulsora e reguladora de novas práticas e condutas ambientais, Gerhardt aponta que a elaboração desse novo código de conduta parece ser conduzida sem que se questione o sistema de produção e seus pressupostos, sendo o “esverdeamento” dos mercados fator que legitima “a continuidade do paradigma do crescimento econômico ad infinitum” (2019, p. 290). Corroborando com essa crítica ao processo ambientalizador, em texto voltado para a ambientalização do planejamento, Limonad aponta que a ambientalização desse discurso poderia contribuir para a “regulação e dominação do espaço pelo capital e pelo Estado, ao garantir a alocação de recursos naturais necessária à acumulação, bem como para manter e ampliar os sistemas hegemônicos de poder” (2013, p. 138).

Tal pensamento condiz com o que expõe Acselrad (2010), que aponta haver uma disputa entre uma razão cultural e uma razão utilitária na arena da constituição da questão ambiental. Enquanto a primeira perspectiva, a razão cultural, considera as multiplicidades socioculturais do meio ambiente e as diversas significações e formas de uso, entendendo também então a desigualdade na distribuição dos riscos ambientais; a perspectiva utilitarista, dentre outras características, desconsidera as questões socioculturais, reforçando o caráter instrumental do meio ambiente enquanto fonte de recursos materiais, entendendo como risco ambiental a perda das fontes de recursos e das condições materiais que viabilizam o abastecimento e a manutenção do sistema capitalista. Como resume Teisserenc, essa razão utilitária da ambientalização “se preocupa em assegurar a continuidade do sistema de produção e de acumulação capitalista, mediante racionalização da exploração e do consumo dos recursos naturais, de modo a garantir um desenvolvimento sustentável” (2010, p. 156). Dessa maneira, o processo ambientalizador poderia estar relacionado a uma maneira do capitalismo se reinventar e se transformar (LOPES et al., 2004; TEISSERENC, 2010).

2.2 – Turismo e o processo ambientalizador

Entendendo o processo ambientalizador como “uma onda que a todos atinge” (CORRÊA, 2006, p. 90), essa onda da interiorização da questão ambiental alcança também o desenvolvimento das questões relacionadas ao turismo. O atravessamento do pensamento ecológico nas atividades turísticas, na esfera global, pode ser observado pela convergência de narrativas colocadas por agências e programas voltados para as temáticas do turismo e do meio ambiente, tais como a Organização Mundial do Turismo – OMT; o Programa da ONU para o Meio Ambiente e a União Internacional pela Conservação da Natureza (UICN). Podendo essa convergência de narrativas ser verificada, dentre outros, por exemplo, pela inserção do turismo em três Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU; pela criação, por parte da OMT, do documento “Turismo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (2019), relacionando o turismo a todos os objetivos listados pelo documento da ONU; e pela elaboração, por parte da UICN de documentos como “*Sustainable tourism in protected areas: Guidelines for planning and management*” (2002) e “Turismo e gestão da visitação em áreas protegidas” (2019) (MATSCHUCK e OLIVEIRA, 2021).

Ainda nessa direção, Körössy (2008) indica alguns marcos da relação do turismo com a discussão ambiental, tais como a participação da OMT na Rio-92 e a inclusão do Turismo num dos documentos resultantes da Conferência, a “Agenda 21 Global”; o acontecimento da Conferência Mundial de Turismo Sustentável em 1995 e a elaboração da Carta do Turismo Sustentável; a elaboração pela OMT, *World Travel & Tourism Council* (WTTC) e *Earth Council*, de uma “Agenda 21” voltada especificamente para viagens e turismo; a organização do Sétimo Encontro da Comissão da União Europeia sobre Desenvolvimento Sustentável, em 1999, voltado para as questões da sustentabilidade no turismo; a adoção, em 1999, do Código Mundial de Ética do Turismo, pautado nas diretrizes do desenvolvimento sustentável; a inclusão do turismo como pauta na Conferência de Joanesburgo; e a definição, pela ONU, em 2002, do Ano Internacional do Ecoturismo.

A conformidade da narrativa ambiental com as questões do turismo reverbera do global para o local. Dessa maneira, olhando para o contexto

nacional, especificamente para alguns dos aparatos legais sobre a conservação do meio ambiente e áreas protegidas, é possível verificar a inserção do turismo como ferramenta de estratégia para a conservação da natureza, tal como na a Lei 9.985 que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação; no Decreto nº 84.017 de 21 de setembro de 1979 que aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros, estabelecendo normas que definem e caracterizam os parques nacionais; e na Lei nº 11.516 de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (MATSCHUCK e OLIVEIRA, 2021).

3. Metodologia

Como supracitado, este artigo resulta de reflexões realizadas no âmbito da pesquisa de mestrado de uma das autoras. Portanto, a metodologia apresentada a seguir orientou a coleta e análise de dados de tal pesquisa. Assim, o percurso metodológico empreendido contou, preliminarmente, com o levantamento de obras que abordassem aspectos que colaborassem com a contextualização acerca de temáticas fundamentais para a investigação. Nesse primeiro momento, o de revisão teórica, esforços também foram empregados no sentido de apreensão de aspectos metodológicos etnográficos, priorizados no trabalho de campo da pesquisa em tela. Quanto ao campo, o fazer etnográfico foi acionado não somente como método preferencial da antropologia, mas como um “exercício de estranhamento existencial e teórico”, um diálogo entre a bagagem do pesquisador – teoria acumulada – e as experiências vividas no campo (PEIRANO, 1993, p. 9).

Ainda cabe ressaltar que, para além da tradicional imersão no cotidiano dos grupos sociais observados, o campo de pesquisa foi estendido às fontes textuais. Tal extensão se deu pelo entendimento de que documentos podem ser fontes indicadas para pesquisas com objetos contemporâneos, podendo conter informações “socialmente significativas”, onde se faz possível acessar vozes submersas (GIUMBELLI, 2002, p. 102). Nesse sentido, Costa, em um artigo que aborda a leitura etnográfica de arquivos, evidencia que o método

etnográfico “permite a análise dos acervos documentais, como vestígios de duradouras relações estabelecidas entre grupos sociais envolvendo poder e dominação” (2010, p. 183). A partir do exposto, compreende-se o trabalho de campo realizado no âmbito da pesquisa como um esforço de interpretação do campo priorizando aspectos metodológicos da etnografia, entendendo como campo não somente as investidas na Área de Proteção Ambiental (APA) do Sana ocorridas durante o desenvolvimento da pesquisa, mas também fontes textuais como atas de reuniões, reportagens, jornais locais, documentos de gestão da APA e outras pesquisas etnográficas realizadas no lugar.

4. De terra lavrada a paraíso ecológico: desdobramentos sociais do processo ambientalizador na Área de Proteção Ambiental do Sana

Após um período de aproximadamente vinte anos de recessão econômica subsequente a falência da cafeicultura e do declínio populacional causado pelo êxodo da população rural, a década de 1970 é marcada no Sana pela chegada de novos habitantes, incluindo atores sociais que compuseram a comunidade hippie que se instalou no lugar (GASPAR, 2009; REGO, 2010). Ainda que a comunidade tenha sobrevivido por pouco tempo no local, são atribuídas aos novos habitantes as primeiras recuperações de solos degradados – a partir de uma visão ambientalista - pela agricultura convencional, cuja prática é atribuída aos nativos³ da região⁴. A “descoberta” do Sana por esses novos moradores nos anos 1970 abriu caminhos para que o lugar se tornasse destino turístico e interesse de moradia para habitantes de centros urbanos. Assim, a década de 1970 no Sana é marcada pela chegada

3 Categoria analítica que se refere ao grupo de moradores com memórias, afetos e relações atrelados à produção rural, principalmente à agricultura, num Sana anterior a chegada do turismo.

4 A atribuição da devastação ambiental às formas de produção atreladas aos nativos da região e da recuperação da mata pelos novos moradores, pode ser observada, por exemplo, num trecho do documento de manejo da Área de Proteção Ambiental do Sana, onde consta que apesar de toda a interferência na floresta nativa pela produção de café e posteriormente pelo cultivo de banana, por outras culturas de subsistência e por atividades agropastoris, “a área florestada no distrito tem aumentado nos últimos 25 anos, seja pelo abandono das lavouras ou pela iniciativa de pessoas vindas de outros lugares, que acabaram por contribuir com o processo de recuperação natural da floresta, através da aquisição de terras” (MACAÉ, 2004, p. 46).

de novos moradores na região - os “neo-rurais” (COZZOLINO, 2008; GASPAR, 2009) -, muitos deles impelidos pela busca por um modo de vida mais tranquilo que o vivenciado no meio urbano e um contato mais intenso com a natureza.

Carneiro (1998), ao tratar sobre a temática de ruralidades, discorre sobre o movimento que se inicia nos anos 70 no Brasil e se legitima nos anos 90 com a disseminação do “pensamento ecológico”. O movimento em questão é a procura do campo não apenas como um meio de produção agrícola, mas como possibilidade de formas alternativas de vida e espaço para lazer, reforçados por uma visão negativa da vida urbano-industrial. A procura do campo pelas sociedades urbanas, segundo a autora, é baseada em um “sistema de valores alternativos” onde o “ar puro, a simplicidade da vida e a natureza são vistos como elementos ‘purificadores’ do corpo e do espírito poluídos pela sociedade industrial” (CARNEIRO, 1998, p. 2).

Segundo Giuliani (1990 apud CARNEIRO, 1998), sobre os “neo-rurais” brasileiros, apesar da motivação para irem ao encontro do rural, em busca da simplicidade e tranquilidade do campo, não rompem com o modo capitalista de produzir, reproduzindo no campo “valores urbanos” nas relações de trabalho e nos processos de produção. A partir então da apropriação do termo “valores urbanos” para tratar de alguns aspectos da inserção desses indivíduos urbanos no Sana, é possível observar a influência e o impacto de tais valores no modo de vida dos nativos do lugar, sendo essa intervenção intensificada a partir dos anos 90 com o fortalecimento do debate ambiental. Assim, a narrativa ambiental é compreendida como um desses “valores urbanos”.

A concepção do discurso ambiental, no caso do Sana, como um “valor urbano”, ou seja, um discurso insuflado por razões ligadas ao meio urbano e distante da realidade local, é reforçada ao observar que enquanto os centros urbanos discutiam questões ambientais, vivenciando os desdobramentos das grandes conferências sobre o meio ambiente, o fornecimento de energia elétrica havia recentemente chegado ao Sana, atendendo apenas parte da população. Além disso, o baixo índice de escolaridade, a precariedade do acesso à educação formal e a falta de espaços que poderiam propiciar o debate sobre essa temática eram realidade para a população nativa do lugar. A

partir do exposto, observa-se que com o estabelecimento dos novos moradores, chegam também ao Sana o pensamento ecológico, o discurso ambientalista e a nova conduta ambiental que foram sendo desenvolvidos, em âmbito internacional, desde a década de 1970 com a primeira Conferência sobre o Meio Ambiente.

4.1- A institucionalização da prática ecológica e as transformações no cotidiano

Há, na trajetória do processo ambientizador no Sana, o envolvimento de “neo-rurais” em atividades e projetos que efetivaram a interiorização da questão ecológica no lugar. Dentre estes, alguns indivíduos e instituições se destacaram pelo discurso ambientalista e pelo ativismo ambiental. Um desses destaques, envolvido em projetos e ações ambientais - projeto de monitoramento turístico e educação ambiental - desde 1993, coloca em prática o discurso ecológico a partir de uma necessidade, observada por ele, de organizar o turismo local, por acreditar que ocorria sem critérios ou preocupação com os impactos ambientais. Então, a partir dessa necessidade de ordenamento das atividades turísticas na região, de modo a preservar os atrativos naturais, e depois de algumas ações e projetos de ordenamento dos *campings* e de educação ambiental, é instituída em 1995 uma Organização Não Governamental que por alguns anos esteve diretamente atrelada à questão ambiental no Sana.

Não se limitando ao contexto do turismo, a ONG atuou e desenvolveu projetos voltados para recuperação e preservação da mata ciliar, reciclagem de lixo e implantação de fossas nas residências locais, assumindo um protagonismo no ativismo ambiental no Sana nos anos 1990, que pode ser observado, por exemplo, pela frequente presença da ONG nas matérias do jornal local sobre a temática ambiental, incluindo notícias sobre a atuação da mesma junto à escola municipal, em ações voltadas para a educação ambiental. Segundo Lopes (2006), é por meio da educação ambiental que se dá a interiorização dessas novas práticas ambientais, não se limitando ao

contexto escolar, mas podendo ser também difundida por meios de comunicação de massa.

Pela frequente atuação no ativismo ambiental, a ONG passa a ser vista, por alguns moradores do Sana, como uma entidade com poder de fiscalização. A legitimação da ONG pode ser observada nos discursos de alguns atores sociais da região que conferiam a ela o papel de fiscalizar tanto o comércio quanto os carros e ônibus de turismo. Assim, a ONG esteve diretamente envolvida na articulação para a criação de uma unidade de conservação⁵ no Sana. Foi então criada, em novembro de 2001, a Área de Proteção Ambiental do Sana⁶, uma unidade de conservação de uso sustentável⁷ que compreende toda a extensão territorial do 6º distrito de Macaé. Tal como posto na placa turística que marca a entrada da APA, fica estabelecido então o “paraíso ecológico”.

Além da institucionalização da questão ambiental entre a década de 1970 e final do século XX, Lopes aponta a “interiorização de novas práticas; a educação ambiental como novo código de conduta individual e coletivo; a questão da “participação”; e, finalmente, a questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos” (2006, p. 36) como fatores de transformação do cotidiano pelo processo ambientizador. É a partir de tais fatores de transformação que os desdobramentos sociais observados no caso do Sana serão tratados a seguir.

4.2 – Os outsiders do paraíso

Olhando para os contornos da ambientalização no Sana e suas particularidades, nota-se que com a chegada de novas formas de pensar e se

5 “Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, p. 1).

6 Lei Municipal nº 2.172 de novembro de 2001.

7 Uma unidade de conservação de uso sustentável é uma área que objetiva “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais” (BRASIL, 2000, p. 4).

relacionar com a natureza que vieram na bagagem dos “neo-rurais” e que culminaram na criação da APA, se estabelece uma relação de poder onde os novos moradores assumem o papel de zeladores e gerenciadores do uso da terra e da natureza, baseados em normas e regras de preservação ambiental. O poder do grupo se consolida com a criação da APA, quando todo o território do Sana passa a ser regido pelo aparato legal referente às unidades de conservação, passando o lugar a ser entendido e pensado enquanto paraíso ecológico.

Diferentemente dos estabelecidos de Elias (2000), que mantinham a posição de poder a partir do tempo de residência estabelecida na comunidade, os estabelecidos do Sana pareciam ter conquistado esse status a partir de outros fatores, ligados principalmente às questões ambientais. De um lado, os estabelecidos defensores da natureza, detentores do conhecimento de como lidar com o meio natural de maneira “correta”, grupo composto majoritariamente por “neo-rurais”. Do outro lado, os *outsiders* do “paraíso”, trabalhadores rurais, em sua maioria nativa da região, colocados à margem do discurso ambientalista.

Norbert Elias aponta alguns aspectos contidos na configuração de poder estabelecidos-outsiders. Dentre eles estão a “coesão” e o “controle” social como fatores que podem exercer um papel determinante na relação de poder entre os grupos envolvidos. No Sana, a coesão social acontece a partir da apreensão do Sana enquanto “paraíso ecológico” que precisa ser recuperado e ter suas belezas naturais protegidas e preservadas. Gaspar, ao estudar as relações de poder na Área de Proteção Ambiental do Sana, observa que “os ambientalistas locais compartilhavam com os demais “neo-rurais” a valorização de um estilo de vida em ‘contato direto com a natureza’, segundo o qual a ‘natureza’ assim valorizada era representada como selvagem e intocada” (2009, p. 181). As dimensões dessa coesão também podem ser observadas a partir da criação da APA do Sana que segundo Cozzolino (2005), Garpar (2009) e Rego (2010) se deu com participação majoritária de “neo-rurais”. Rego constata que “o processo de criação e implementação da APA ocorreu por meio de uma aliança de representantes do poder público e alguns ‘novos

moradores' ambientalistas e defensores dos valores de preservação da natureza [...]” (2010, p. 211).

Ainda, sobre o controle social, a maneira como o agricultor nativo lida com a terra é colocada como fator limitador e de exclusão desse grupo mediante o grupo que detém a “prática correta” de manejo e uso da terra. Tal fato pode ser observado em comentários informais sobre o uso de “veneno” na produção agrícola por parte dos nativos, reforçando a ideia de que teriam um conhecimento “equivocado” sobre a natureza, aumentando a barreira entre os dois grupos e contribuindo para a exclusão de um e para a consolidação do outro no poder. Dessa maneira, os agricultores nativos do Sana, assim como os *outsiders* de Elias, são estigmatizados devido à maneira “tradicional” de trabalhar na terra e lidar com a natureza.

Os rótulos de valor inferior e estigmatização do nativo podem ser percebidos em outros contextos. Gaspar (2009), durante participação em uma reunião onde ocorreu um debate sobre a elaboração do plano de manejo⁸ da APA do Sana e a participação da comunidade na elaboração desse documento, também observa existir uma marginalização dos produtores rurais locais a partir das suas técnicas de produção. Além da estigmatização apontada, evidencia-se a qualificação das técnicas de produção estabelecidas pelos “neo-rurais”, no entender dos ambientalistas envolvidos, como modelos corretos e superiores, ao reforçarem a “recuperação ambiental promovida pelos novos proprietários de terras (mais preocupados com a crescente perda de qualidade de vida), o que propiciou o surgimento de muitas matas secundárias” (MACAÉ, 2004, p. 15).

Ainda que certo controle social seja notado em um período anterior à criação da APA do Sana – como pôde ser observado em algumas reportagens do jornal local da época -, a criação da unidade de conservação eleva a outro nível as ferramentas para esse controle. O que antes estava na zona dos ideais e opiniões individuais, ou mesmo que de um determinado grupo, se organiza e se estabelece com o apoio de aparatos legais como o plano de manejo, as leis

8 Documento obrigatório para todas as categorias de manejo das Unidades de Conservação, onde devem estar contidas informações técnicas da área protegida e normas para a utilização e manejo da unidade de conservação (BRASIL, 2000).

e decretos referentes às unidades de conservação e o próprio conselho gestor da APA. Assim, fica destacada a questão ambiental como “nova fonte de legitimidade e argumentação de conflitos” (LOPES, 2006, p. 36) que se mostram no Sana, como uma ferramenta de coesão e poder, colaborando para definir os “estabelecidos” e os “outsiders” (ELIAS, 2000) do paraíso a partir da definição e qualificação de práticas compatíveis ou não compatíveis com a preservação da natureza, legitimada por uma argumentação ambiental.

Portanto, com a institucionalização da questão do meio ambiente no Sana, ou seja, com a instituição da APA na região, o discurso ambiental é então legitimado, reforçando a ideia de disciplinar, orientar, ordenar e conservar os sistemas naturais do Sana, pautado nessa visão ambiental. Desta maneira, é definida - pelos atores envolvidos com a gestão da APA – a necessidade de reorganizar a capacidade produtiva do Sana, para que seja viável o “desenvolvimento local em base ambiental, social e economicamente sustentável.” (MACAÉ, 2004, p. 73).

4.3 - A reorganização da capacidade produtiva: da lavoura ao turismo

Quando da chegada dos novos moradores e da inserção dessa nova conduta ambiental no cotidiano sanense, se dá então o estabelecimento também de novas relações dentro da comunidade, tendo a narrativa ambiental como base e marco de legitimação quanto às questões referentes ao uso e ocupação do solo no distrito, lugar que tem sua história marcada pelo cultivo da terra e de outras atividades agropastoris. A memória desse passado é acionada por nativos da região, como pôde ser observado em relatos de alguns nativos que reforçavam a relação da agricultura com o passado e a cultura do lugar. A partir de tais relatos, apreendeu-se a ligação da agricultura com a identidade de um determinado grupo local, os “nativos” do lugar. No entanto, é preciso mencionar que essa realidade vivida pelos nativos, quando a agricultura ainda era a principal atividade econômica do distrito, sofreu forte impacto da crise do café a partir da década de 40. Assim, a cultura do café deu lugar aos pastos de gado, que podem ser vistos no Sana até os dias de hoje.

Em meados do século XX o distrito já apresentava uma drástica redução do número de habitantes, devido ao fracasso da cafeicultura. Os agricultores, a essa altura, além da criação de gado, se dedicavam também ao cultivo da banana e de outros produtos para consumo próprio (MACAÉ, 2004).

Com o desenrolar do pensamento ecológico, ou seja, do processo ambientizador no Sana, surge então no cenário local a atuação de órgãos, agências e instituições de controle, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) que atuam como mecanismos de defesa resultantes do processo de interiorização dessas questões ambientais (LOPES, 2006), bem como mecanismos de gestão, controle, disciplina e punição, garantindo a conformidade com os novos “padrões de conduta” – no caso do Sana, nas figuras do IBAMA e dos aparatos legais nos quais se baseiam a APA - estabelecidos para o trato ambiental (GERHARDT, 2019).

A atuação do IBAMA e o incômodo sentido por determinados atores sociais quanto à atuação dessa instituição podem ser percebidas em relatos de produtores rurais. Tais relatos parecem expressar um sentimento de incompreensão e medo por parte dos agricultores com relação à atuação do órgão ambiental. O “medo de trabalhar” surge como resultado da interação entre órgão ambiental e parte da população local que atribui às ações do IBAMA a diminuição da produtividade rural na região.

Portanto, o declínio da agricultura convencional na região é reforçado pelos efeitos do processo ambientizador e, a partir de tais dificuldades para a manutenção da atividade agrícola e o estabelecimento do turismo como principal atividade econômica da região, as relações de trabalho foram modificadas. Dessa maneira, famílias que viviam exclusivamente da agricultura passaram então a dividir o tempo de produção entre seus roçados e o trabalho de caseiro, pedreiro ou serviços relacionados ao turismo. Rego (2010) discorre sobre essa tendência no Sana utilizando o conceito de pluriatividade e o entendendo como um movimento de reorientação da capacidade produtiva da população do campo, buscando alternativas ao “êxodo rural, ao desemprego urbano, e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante” (CARNEIRO, 1998, p. 2).

Em contrapartida à desvalorização da atividade agrícola, sob o crivo das leis e normas ambientais, o turismo, mais especificamente a segmentação turística denominado ecoturismo, é então sugerido e desenvolvido como uma proposta compatível com a nova conduta ambiental, capaz de proporcionar ao lugar um desenvolvimento harmônico com a questão ambiental. Essa sugestão está presente no documento de manejo da APA do Sana, onde o ecoturismo é posto como um potencial de desenvolvimento para o lugar, como “alternativa adequada para promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população” (MACAÉ, 2004, p. 74). Para Prado, é conferida às propostas de um “desenvolvimento turístico ideal” (2003, p. 222), formulada a partir das premissas ambientais aqui tratadas, uma legitimidade acima de qualquer questionamento, justificada pela lógica de que seria para um bem comum, desconsiderando inclusive as relações de conflitos e interesses existentes entre atores sociais. Segundo a autora, tal fenômeno parece ocorrer “sempre que se trata de algo proposto com a aura da ‘ecologia’, do prefixo ‘eco’ – é ecológico, é do bem; é ‘eco’, é bom” (PRADO, 2003, p. 222).

Assim, o ecoturismo posto no Sana como uma prática ecológica indubitável, desenvolvido como alternativa à atividade agrícola ligada à memória dos nativos da região, desconsiderando os aspectos identitários da atividade para estes atores sociais, fomenta uma espécie de desvinculação dos nativos da região com relação ao lugar, o que Sathler (2010) denomina como “desterritorialização subjetiva”. O autor, que também considera os aspectos culturais no que entende por território, tem a desterritorialização subjetiva como a desvinculação com o território no campo subjetivo e simbólico, já que o indivíduo ou grupo permanecem no espaço geográfico do qual estão sendo desterritorializados subjetivamente, estando implicada a esta desvinculação a negação, a partir de determinações de cunho ambiental, do uso e/ ou de formas de uso dos recursos daquele território por indivíduos ou grupo envolvidos historicamente com a região e com o uso desses recursos (SATHLER, 2010).

Tal fenômeno foi observado no Sana a partir de falas que apontavam para aspectos como a “deformação dos ânimos dos ocupantes dos espaços de

incerteza” e um maior “sentimento de perda quando envolvendo uma relação ou atividade econômica praticada, importante para a sobrevivência do indivíduo, da família ou do grupo social” (SATHLER, 2010, p. 81), como por exemplo, o medo de trabalhar relacionado pelos agricultores à possibilidade de serem autuados e multados justamente por exercerem suas atividades laborais.

O fenômeno da desterritorialização subjetiva também foi identificado por Fernandez (2014) no processo de reelaboração do território do Maciço da Pedra Branca em parque, marcando a criminalização dos produtores locais a partir de valores e leis ambientais e encobrindo assim a história de ocupação do lugar. Consolidando a ideia de que esses valores e leis ambientais, a partir da requalificação de territórios em territórios ecológicos/ ambientais, colaboram para o ocultamento de histórias e memórias de um determinado grupo social, Ferreira argumenta que “ao mesmo tempo em que as leis promovem a preservação de ecossistemas e achados arqueológicos de populações extintas há longa data, de certa forma decretam o apagamento de uma história recente e ainda presente” (2014, p. 87) e que ao terem o direito de manutenção de suas áreas agrícolas negados, “os nativos perderam também parte de seus afetos e marcos da memória” (2014, p. 87).

Ante o exposto, a reorganização da capacidade produtiva do Sana e o fenômeno de desterritorialização subjetiva que ocorrem como consequência do processo ambientizador e do desenvolvimento do turismo enquanto prática ecológica inquestionável, reforçam a ideia de uma perspectiva utilitarista da ambientalização que desconsidera os aspectos socioculturais (ACSELRAD, 2010), se preocupando somente com a preservação dos recursos naturais necessários para a manutenção do sistema econômico (TEISSERENC, 2010).

4.4 - Apagamento identitário e imaginário turístico

O apagamento identitário dos nativos da região, no que se refere ao uso da terra, reverbera, no caso do Sana, na construção do imaginário turístico que assume aspectos que se relacionam à identidade dos neo-rurais, tais como

expressões relacionadas tanto ao movimento hippie que atravessou a história do lugar quanto à conservação da natureza a partir dos moldes da ambientalização. Para Ferreira e Oliveira o turismo “tem o potencial de comunicar valores, produzir narrativas, promover a circulação de memórias, fortalecer patrimônios e apresentar identidades culturais” (2020, p. 15). Reforçando tais potencialidades, ao discorrer sobre turistificação, Oliveira (2018, p. 70) aponta como parte desse processo a construção de narrativa “constituída por discursos, ideologias e representações sociais”, tendo esse fenômeno importante papel na construção da experiência dos atores sociais envolvidos na cena turística – visitantes e visitados.

Dessa maneira, o turismo é assumido aqui enquanto um “construtor de relatos” (FULLER, 2008, apud PEREIRO e FERNANDES, 2018, p. 357), que evidencia valores, memórias, visões de mundo e identidades de determinados grupos sociais envolvidos num cenário turístico, tendo fundamental papel na elaboração de imaginários sobre uma região e sobre a realidade de seus atores, como um instrumento de criação de representações sociais. Essas representações exprimem, ou seja, representam os grupos e indivíduos que atuam na sua formulação, atribuindo assim definições e sentidos específicos ao objeto representado, contribuindo então para a construção de uma determinada visão sobre a realidade, sendo essa visão e os sentidos atribuídos ao objeto importantes indicadores para a dinâmica social do lugar.

Isto posto, têm-se as representações sociais como um instrumento mantenedor da identidade social e “como sistemas de interpretação, que regem nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais” (JODELET, 2001, p. 5). No caso particular do Sana, a imagem do lugar enquanto reduto hippie, destino para um turismo dito alternativo e também de um paraíso ecológico, parece representar as visões de mundo, memórias e valores do grupo aqui identificados como neo-rurais. Dessa maneira, reconhecendo o “caráter dinâmico e relacional” das representações sociais “à trajetória do grupo que a elaborou” (ARAÚJO, 2008, p. 100), o turismo no Sana é representado a partir da interpretação da realidade, das narrativas e representações construídas a partir da trajetória,

das particularidades, da identidade desse grupo, sendo então reforçada a imagem turística do lugar enquanto um “alternativo” paraíso ecológico, não havendo assim representações quanto ao passado agrícola do lugar.

Conclusão

A chegada dos novos moradores a partir da década de 70, influenciados pela disseminação do pensamento ecológico e imbuídos de valores urbanos – dentre eles justamente a narrativa ambiental -, culmina na criação e implementação da APA do Sana e na legitimação do lugar enquanto paraíso ecológico. A ideia da estreita relação entre os neo-rurais e o estabelecimento da narrativa ambiental no Sana e especialmente a influência desse grupo na criação da APA é reforçada pelo incômodo relatado por nativos da região com a forma como leis ambientais foram abordadas no lugar, dificultando assim o trabalho do produtor rural, valorizando modelos postos a partir de uma lógica ambiental, em detrimento ao modelo de produção tradicional, tal como a valorização do ecoturismo como alternativa à agricultura tradicional.

Dessa maneira, a narrativa ambiental, a razão ecológica posta no Sana pelos neo-rurais é legitimada pela criação da Área de Proteção Ambiental, ratificando assim a relação de poder estabelecida entre os neo-rurais envolvidos com a temática da proteção ambiental – “estabelecidos” - e os nativos do lugar, excluídos dessa lógica ecológica. Tal configuração de poder promove a exclusão e marginalização dos nativos no contexto ambiental do Sana por meio da coesão dos neo-rurais quanto ao debate ambiental (ainda que nem todos sejam ambientalistas), sendo o Sana visto por tal grupo como um paraíso ecológico. Existe também, como parte dessa coesão, um consenso de que seriam as técnicas de produção dos nativos da região as principais responsáveis pela degradação ambiental do Sana.

A relação de poder legitimada a partir do discurso ambiental reflete na reelaboração da capacidade produtiva do lugar que é reorganizada a partir de intervenções e recomendações pautadas nas novas condutas ambientais. No

entanto, é observado que a mudança nas atividades produtivas do lugar - que passa de região agrícola a destino turístico - não considera aspectos socioculturais, como por exemplo, as relações identitárias relacionadas às formas de uso da terra pelos nativos da região. Tal condição desencadeia um fenômeno de afastamento simbólico dos nativos com relação ao lugar – desterritorialização subjetiva – e por consequência um apagamento identitário. Deste modo, os desdobramentos apresentados aqui representam elementos que materializam a construção de um imaginário que privilegia memórias e aspectos identitários de um determinado grupo social, em detrimento do outro.

A pesquisa aponta que o turismo, ainda que se pretenda preocupado com questões sociais – como no caso do ecoturismo – se acionado a partir de uma perspectiva hegemônica e utilitarista, pode então assumir o papel de ferramenta de manutenção de relações de poder socialmente injustas, contribuindo assim para a exclusão e marginalização de grupos sociais, bem como para o apagamento de aspectos identitários. Assim, o turismo, posto como alternativa por essa nova conduta ambiental, sem contestar os aspectos socioculturais não contemplados por ela, não pode ser eximido da participação na reorganização da capacidade produtiva que culmina em uma desterritorialização subjetiva e na constituição de um imaginário turístico marcado por um apagamento identitário, propagando assim aspectos da faceta hegemônica e utilitarista do processo ambientizador.

Os resultados da pesquisa suscitam questões sobre a capacidade do turismo, em especial no contexto de áreas naturais protegidas e do discurso ambientalista aqui posto, atuar como ferramenta de combate a problemas sociais como a desigualdade entre classes e a subalternização de grupos socialmente desfavorecidos. Por fim, o artigo pretende reforçar o caráter hegemônico e excludente do discurso ambiental ao qual o turismo pode ser associado para que tais aspectos sejam considerados na elaboração de políticas públicas voltadas para o turismo em áreas naturais protegidas no Brasil. Portanto, reforça-se a necessidade de considerar as implicações sociais, em especial as relações de poder, ao pensar políticas públicas voltadas para o turismo em áreas naturais protegidas, tendo em vista a capacidade de

cooptação de discursos hegemônicos e utilitaristas que sobrepõem e ignoram as questões sociais.

Referências

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos avançados**, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

ARAÚJO, M. C. A teoria das representações sociais e a pesquisa antropológica. **Revista Hospitalidade**, v. 5, n. 2, p. 98-119, 2008.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º. Incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 09/set./2000.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos sociedade e agricultura**, 1998.

CORRÊA, Sílvia Borges. **O processo ambientizador e a etiqueta ambiental da empresa que pensa verde: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional**. 2006. 179 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

COSTA, M. C. C. Etnografia de arquivos-entre o passado e o presente. **MATRIZES**, v. 3, n. 2, p. 171-186, 2010.

COZZOLINO, L. F. F. **Unidades de Conservação e os Processos de Governança Local: o caso da APA do Sana (Macaé, RJ)**. 2005. 156 f. Dissertação (Mestrado Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - EICOS – IP – UFRJ. Rio de Janeiro, 2005.

ELIAS, N. **Os estabelecidos e os outsiders**. Zahar, 2000.

_____. **O processo civilizador 1**. Zahar, 2011.

FERNANDEZ, A. C. F. Eu vivo da natureza: resistência e conversão agroecológica de produtores na cidade do Rio de Janeiro. **REDD–Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, 2014.

FERREIRA, H. A organização da memória coletiva na defesa do território e na criação do produto turístico: um estudo sobre a Ilha Grande, RJ. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 79-95, abr. 2014.

FERREIRA, H. C. H.; DE OLIVEIRA, M. A. S. A. Turismo, comida e patrimônio: políticas públicas no âmbito de áreas protegidas (Edição 491). **Papers do NAEA**, v. 1, n. 3, 2020.

FREITAS, R. C. M.; NÉLSIS, C. M.; NUNES, L. S. A crítica marxista ao desenvolvimento (in) sustentável. **Katálysis**, v. 15, n. 1, p. 41-51, 2012.

GASPAR, N. M. . Participação e Exclusão na Criação e Gestão de uma Área de Proteção Ambiental no Norte Fluminense. In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009, Rio de Janeiro. **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2009.

GERHARDT, C.; DE ARAÚJO, L. M. Ambientalização dos conflitos sociais e a adequação "sustentável" da injustiça ambiental ao capital. **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**, v. 1, n. 2, p. 266-294, 2019.

GIUMBELLI, E. Para além do "trabalho de campo": reflexões supostamente malinowskianas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 48, p. 91-107, 2002.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. **As representações sociais**, v. 17, p. 44, 2001.

KÖRÖSSY, N. Do "turismo predatório" ao "turismo sustentável": uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 2, p. 56-68, 2008.

LIMONAD, E. A insustentável natureza da sustentabilidade. Da ambientalização do planejamento às cidades sustentáveis. **Cadernos MetrÓpole**, v. 15, n. 29, p. 123-42, 2013.

LOPES, J. S. L. (Coord.); ANTONAZ, D.; PRADO, R.; SILVA, G. (Org.). **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. 334 p.

LOPES, J. S. L. Participação pública e controle da poluição: a ambientalização dos conflitos sociais. **Revista de Ciências Sociais**, v. 35, n. 1, p. 20 -30, 2004.

_____. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes antropológicos**, v. 12, p. 31-64, 2006.

MACAÉ, Prefeitura Municipal (a). Secretaria Municipal de Ambiente. **Plano de Manejo da APA do Sana - fase 1**. Macaé, ONG Viva Rio, Rio de Janeiro, 2004.

MATSCHUCK, T. C.; OLIVEIRA, M. A. S. A. Reflexo local da governança global: influências hegemônicas nas políticas ambientais no Brasil. **Ecoturismo & Conservação** 2(1) p. 62-74, 2021.

OLIVEIRA, M. A. S. A. Memória e identidade em processos de turistificação de lugares: o caso do Cais do Valongo (RJ-Brasil)/Memory and identity in touring processes of places: the case of the Cais do Valongo (RJ-Brazil). **Patrimônio e Memória**, v. 14, n. 2, p. 49-74, 2018.

PEIRANO, M. A favor da etnografia. **Anuário antropológico**, v. 17, n. 1, p. 197-223, 1993.

PEREIRO, X.; FERNANDES, F. **Antropologia e Turismo**: Teorias, métodos e praxis. Colección PASOS Edita, n. 20, 2018.

PRADO, R. M. As espécies exóticas somos nós: reflexão a propósito do ecoturismo na Ilha Grande. **Horizontes antropológicos**, v. 9, p. 205-224, 2003.

REGO, Virgínia Villas Boas Sá. **Paraísos perdidos ou preservados?** Os múltiplos sentidos da cidadania em áreas de proteção ambiental. 2010. 465 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

RIBEIRO, M. W. T. O encontro das antropologias do meio ambiente e dos desastres no Brasil. **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 93, p. 1-25, 2020.

SATHLER, E. B. 2010. 335 f. **Os “espaços de incerteza”, a “desterritorialização subjetiva” e o “pacto da conservação”**: perspectivas de uma geografia socioambiental das áreas naturais protegidas. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro.

TEISSERENC, P. Ambientalização e territorialização: situando o debate no contexto da Amazônia brasileira. **Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 29, 2010.